

SABERES TERRITORIAIS DO CERRADO: UMA ANÁLISE DAS PAISAGENS NO CAMINHO DE CORA CORALINA, ESTADO DE GOIÁS

Keren Morais de Brito Matos¹
Josana de Castro Peixoto¹
Universidade Evangélica de Goiás – Campus Anápolis¹

RESUMO

O trabalho analisa as paisagens, os usos e a cobertura vegetal no Cerrado goiano, com foco nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) situadas ao longo do Caminho de Cora Coralina. Este trabalho tem como objetivo analisar as paisagens, usos e cobertura vegetal no Cerrado, com ênfase nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) situadas ao longo do Caminho de Cora Coralina, em Goiás. A pesquisa adota abordagem interdisciplinar, integrando conceitos da geografia, ecologia e direito ambiental, fundamentada em bibliografia clássica e recente, além de documentos oficiais como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Código Florestal. Os resultados evidenciam que o Cerrado, segundo maior bioma brasileiro, desempenha papel crucial como berço das águas e hotspot de biodiversidade, mas encontra-se sob intensa pressão decorrente da expansão agropecuária, do desmatamento e da fragmentação territorial. A análise das paisagens demonstra que elas resultam da interação entre fatores naturais, sociais e culturais, incorporando também saberes tradicionais, como práticas agroextrativistas, manejo do fogo e uso sustentável de espécies nativas. O Caminho de Cora Coralina se configura como território de integração entre natureza, memória e cultura, abrigando parques estaduais de grande relevância, como a Serra de Jaraguá, a Serra dos Pirineus e a Serra Dourada, as quais enfrentam desafios ligados à pressão urbana e à conectividade ecológica, mas constituem espaços estratégicos para a conservação e valorização cultural. Conclui-se que as APAs ao longo do Caminho de Cora Coralina representam instrumentos essenciais de equilíbrio entre conservação ambiental e desenvolvimento regional, demandando pesquisas e políticas públicas que integrem biodiversidade, sustentabilidade e saberes territoriais.

Palavras-chave: Cora Coralina; Turismo sustentável; Cerrado.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental como projeto institucional teve antecedentes importantes, por meio das conferências internacionais que a moldaram. Na década de 1960, alguns países pioneiros, preocupados com a conservação de recursos, refletiram sobre a necessidade de usar o meio ambiente como fonte de informação e ferramentas de aprendizagem. Isso levou a uma nova dimensão educacional: a de ensinar para o uso adequado do meio ambiente.

Em nível internacional no ano de 1971, foi criado o Programa MAB sobre o Homem e a Biosfera, com a participação de diversos países e organizações internacionais. Simultaneamente, especialistas de diversos países se reuniram para discutir os problemas ambientais enfrentados pela humanidade. Este encontro serviu de reflexão para a organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Em 1973, foi criado o PNUMA (Programa das Nações Unidas para

o Meio Ambiente) que apresentou resultados importantes como: Declaração de Princípios sobre Manejo Florestal, Conservação e Desenvolvimento Sustentável, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Carta da Terra, Convenção sobre Diversidade Biológica e Convenção sobre Mudanças Climáticas. Além destes também são frutos desta Conferência a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas, a Agenda 21 e a Carta da Terra.

A partir da edição de documentos como o Parâmetros Curriculares Nacionais, Base Nacional Curricular Comum e outros orientadores, a Educação Ambiental passou a ser ensinada numa perspectiva interdisciplinar. Nesse contexto, o presente estudo propõe uma análise do documento curricular de Anápolis – GO no qual se busca compreender se esta proposta está de acordo com as competências requeridas pela Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN (2013), BNCC (2017), para o ensino desta disciplina.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, de caráter interdisciplinar, articulando conceitos da geografia, ecologia e direito ambiental. O estudo busca compreender as dinâmicas das paisagens, usos e cobertura vegetal no Cerrado, com ênfase nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) situadas ao longo do Caminho de Cora Coralina, que perpassa municípios goianos de relevância cultural, histórica e ecológica.

Foi realizado levantamento de obras clássicas e recentes sobre o Cerrado (Warming, 1908; Ribeiro & Walter, 2008; Klink & Machado, 2005), paisagem e território (Sauer, 1925; Cosgrove, 1998; Santos, 1996), além de estudos sobre direito ambiental e gestão das APAs (José Afonso da Silva, 2010; Milaré, 2015). Documentos oficiais, como o Plano de Manejo das Unidades de Conservação, legislações correlatas (SNUC – Lei nº 9.985/2000, Código Florestal – Lei nº 12.651/2012) e relatórios do MapBiomass e do IBGE também foram utilizados para fundamentar a análise.

RESULTADOS

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, abrangendo aproximadamente 22% do território nacional. Estudos clássicos como os de Ribeiro e Walter (2008) e Eiten (1972) descrevem sua diversidade fisionômica, com formações campestres, savânicas e florestais. Ribeiro e Walter (2008, p. 153) destacam que “a heterogeneidade ambiental do Cerrado é refletida no mosaico de fitofisionomias que variam desde campos limpos até cerradões”.

Além disso, o bioma é considerado o berço das águas, pois nele se encontram nascentes das principais bacias hidrográficas da América do Sul. Bond e Parr (2010) reforçam que a coexistência de árvores e gramíneas depende do regime de fogo e da disponibilidade hídrica. Já Pivello (2011) argumenta que o fogo, quando manejado adequadamente, constitui elemento essencial para a manutenção da biodiversidade.

A noção de paisagem é central para compreender o Cerrado. Carl Sauer (1925) define a paisagem cultural como resultado da ação humana sobre o meio natural. Cosgrove (1998, p. 13) ressalta que “paisagem não é apenas o que se vê, mas uma maneira de ver”. Bertrand (1972) introduz o conceito de geossistema, que articula componentes físicos, biológicos e antrópicos. No Brasil, Milton Santos (1996, p. 62) complementa: “o espaço é formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”.

No campo das ciências ambientais, Diegues (2000) e Toledo & Barrera-Bassols (2009) destacam a importância dos saberes tradicionais na conservação, como práticas agroextrativistas, manejo do fogo e uso de espécies nativas. Esses saberes são parte constitutiva da paisagem cultural e revelam a interação entre populações tradicionais e recursos naturais.

O Caminho de Cora Coralina atravessa municípios históricos como Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Cidade de Goiás, sendo um itinerário que une natureza, cultura e memória. Inserido nesse percurso estão importantes unidades de conservação, como o Parque Estadual da Serra de Jaraguá, o Parque Estadual da Serra Dourada e o Parque Estadual dos Pirineus. Essas áreas representam laboratórios naturais para compreender as interações entre conservação, turismo e usos antrópicos.

O Parque da Serra de Jaraguá, por exemplo, sofre intensa pressão urbana devido à proximidade com a capital goiana, preservando remanescentes de cerradão e cerrado sensu stricto. Já o Parque dos Pirineus integra turismo ecológico e

religiosidade popular, constituindo-se como paisagem cultural singular. O Parque da Serra Dourada, por sua vez, destaca-se pela beleza cênica e pelo cerrado rupestre. Todos são fundamentais para a conectividade ecológica regional.

O Cerrado vem sofrendo intensa transformação. Sano et al. (2019) demonstram que mais de 50% de sua cobertura original foi alterada. Klink e Machado (2005, p. 152) afirmam que “a expansão da fronteira agrícola é o principal motor de desmatamento no Cerrado”. Ferramentas de sensoriamento remoto, como MapBiomas e dados do INPE, indicam que o desmatamento avança principalmente sobre áreas de pastagem e agricultura mecanizada, impactando a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos. Essas alterações comprometem a conectividade ecológica e pressionam unidades de conservação. A fragmentação e o efeito de borda são questões recorrentes e representam desafios para a manutenção da integridade das APAs ao longo do Caminho de Cora Coralina.

As comunidades do Cerrado desenvolvem práticas tradicionais de conservação, como o uso de queimadas prescritas, a coleta de frutos nativos e a proteção de nascentes. Segundo Diegues (2000, p. 45), “as populações tradicionais elaboram conhecimentos e práticas de uso e manejo dos recursos naturais que constituem alternativas à visão hegemônica de natureza intocada”. No Caminho de Cora Coralina, comunidades quilombolas, agricultores familiares e grupos rurais mantêm vivas essas práticas, integrando-as à economia regional e ao turismo sustentável. Esse aspecto cultural é crucial para pensar políticas de conservação integradas.

CONCLUSÃO

O estado da arte sobre o Cerrado demonstra que, embora existam avanços na compreensão de sua ecologia, ainda são limitados os estudos que integram conservação, saberes tradicionais e políticas públicas em territórios culturais como o Caminho de Cora Coralina. Parques como Serra Dourada, Serra de Jaraguá e Pirineus são fundamentais para a proteção ambiental, mas carecem de pesquisas que avaliem a interface entre turismo, conservação e práticas tradicionais.

Assim, a presente pesquisa contribuiu com a análise integrada das paisagens, usos e cobertura vegetal no Cerrado, destacando o papel das Áreas de Proteção

Ambiental como instrumentos de equilíbrio entre conservação e desenvolvimento local.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, pelo apoio institucional e pela concessão da bolsa de pesquisa, fundamentais para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOND, W.; PARR, C. **Beyond the forest edge: Ecology, diversity and conservation of the grassy biomes**. *Biological Conservation*, v. 143, p. 2395–2404, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2012.

COSGROVE, Denis. **Social Formation and Symbolic Landscape**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.

EITEN, George. **The cerrado vegetation of Brazil**. *Botanical Review*, v. 38, n. 2, p. 201–341, 1972.

FERREIRA, L. G. et al. **Remote sensing for mapping and monitoring land cover and use in the Cerrado biome**. *Remote Sensing Applications*, v. 17, p. 100278, 2020.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. **Conservation of the Brazilian Cerrado**. *Conservation Biology*, v. 19, n. 3, p. 707–713, 2005.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco**. 10. ed. São Paulo: RT, 2015.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. **Fitofisionomias do Bioma Cerrado**. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (Orgs.). *Cerrado: ambiente e flora*. Brasília: Embrapa, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANO, E. E. et al. **Land use dynamics in the Brazilian Cerrado: from 2000 to 2015**. *Journal of Land Use Science*, v. 14, p. 1–15, 2019.

SAUER, Carl O. **The morphology of landscape**. *University of California Publications in Geography*, v. 2, n. 2, p. 19–54, 1925.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Barcelona: Icaria, 2009.

WARMING, Eugenius. **Lagoa Santa**: Contributions to the Natural History of Brazilian Vegetation.
London: Clarendon Press, 1908.